

O GOVERNO DE TIBÉRIO E A DIFÍCIL ARTE DE SUCEDER BONS
IMPERADORES**DRA. ANA TERESA MARQUES GONÇALVES**

Universidade Federal de Goiás

Faculdade de História Bolsista Produtividade do CNPq

anteresa@terra.com.br

Abstract: In this paper, we propose to analyze the Government of the Roman Emperor Tiberius, the way it was described by Cassius Dio Cocceianus in the work entitled *Roman History*. Cassius Dio was a senator in the passage from II to III century AD and his narrative arrived in quite fragmented, reconstructed from the Xiphilinus and Zonaras' excerpts. The authority of the Prince was not hereditary. Thus, it was necessary to rebuild the bonds of *amicitia* and patronage at the beginning of each government. And this was not an easy task, even for Tiberius who succeeded Emperor Octavius Augustus considered good *Princeps*.

Keywords: Roman History; Cassius Dio; Tiberius; Power; Emperors.

Resumo: Neste artigo, propomo-nos a analisar o Governo do Imperador Romano Tibério, da forma como foi descrito por Dion Cássio Cocceiano na obra *História Romana*. Dion Cássio foi senador na passagem do II para o III século d.C. e sua narrativa nos chegou bastante fragmentada, reconstruída a partir dos excertos de Xifilino e Zonaras. A autoridade do Príncipe não era hereditária. Assim, tornava-se necessário refazer os laços de patronato e *amicitia* no início de cada governo. E esta não era uma tarefa fácil, nem mesmo para Tibério que sucedeu o considerado bom Imperador Otávio Augusto.

Palavras-Chave: História Romana; Dion Cássio; Tibério; Poder; Imperadores.

A noção de *ars* no mundo latino pode ser aproximada do termo grego *techné*, por meio do qual se expressa uma capacidade, uma possibilidade de ação, uma forma de conhecimento e de realização. Os demiurgos gregos, por exemplo, detinham *techné*, ou seja, um conjunto de habilidades advindas da aprendizagem e da reprodução de ações coordenadas na fabricação de elementos ou no

empreendimento de múltiplas tarefas que para serem realizadas tinham que ser produzidas pelos que detinham a capacidade de bem agir. A ação, assim, dependia do ato de conhecer, sejam os instrumentos utilizados e/ou a forma de melhor manejá-los. Neste texto, apropriamo-nos da noção de arte, *ars*, no seu sentido antigo mais amplo, isto é, a possibilidade de expressar um conhecimento no âmbito da política imperial romana.

Da mesma forma como Ovídio escreveu a sua obra *A Arte de Amar (Ars Amatoria)*, disponibilizando conselhos que tinham por objetivo facilitar o ato da sedução, ou seja, reunindo conhecimentos que despertariam a habilidade de convencer um parceiro a se entregar ao amor, acreditamos encontrar na obra *História Romana* de Dion Cássio Cocceiano informações que nos permitem construir uma espécie de *ars gubernatoria* para os Imperadores Severianos, isto é, um conjunto de conselhos referentes à habilidade de bem governar o Império, de conquistar a anuência das divindades e de convencer os súditos de que estaria no comando imperial o homem mais virtuoso e mais capaz de gerar um consenso mínimo possibilitador de manter a estabilidade institucional que, por sua vez, desencadearia uma época de abundância e concórdia. No imaginário político romano, as características de um governo se misturam intrinsecamente com os vícios e virtudes daqueles que exercem o poder, pois é a demonstração destas virtudes e/ou a sua ausência que norteia a ação a ser empreendida pelo soberano. Sua principal função enquanto magistrado mais elevado em honra e status, portanto, em *dignitas* e *auctoritas*, é tomar medidas que garantam a estabilidade, a concórdia entre as ordens, a regularidade econômica, a capacidade de organização das instituições, visto que somente num ambiente estável seria possível a prodigalidade. A natureza e as divindades, de igual maneira, necessitam da ordem, da tradição, das regras, do que se repete para que se garanta a abundância, a colheita farta, o pagamento de impostos e tudo o que depende destes campos que mesclam sagrado e profano. Deste modo, o Príncipe é antes de tudo um ordenador e, para sê-lo, necessita conhecer a arte de bem governar, de subordinar as forças naturais e divinas, de manter estruturas e de renegociar posições.

O Príncipe exercia um cargo de alto risco, pois ocupava o poder não como proprietário, mas como mandatário da coletividade e era por esta encarregado de dirigir a República. O poder imperial seria uma delegação, uma missão confiada a um indivíduo pretensamente escolhido ou aceito pelo povo romano. Assim, a sucessão de Césares seria, em tese, uma cadeia perpétua de delegações. Um Imperador não sucederia o outro por herança de maneira automática, mas em seu cargo, em cuja posse era explicitamente investido, pois jamais se conseguiu estabelecer uma regra automática de ascensão. A delegação advinha a partir de um consenso e da promessa de manutenção de paz, prosperidade e unidade¹.

Alain Tranoy explicita que o que marcou a formação do Império territorial romano foi a busca por uma unidade de gestão, conseguida por meio de uma legislação a ser compartilhada, de aspectos culturais relativizados e da extensão do culto imperial para as províncias, que por seu intermédio possuíam um canal de demonstração de lealdade ao estilo administrativo romano². Para este autor, a única forma de unidade possível para se pensar o Mediterrâneo durante a conquista romana seria a busca de uma unidade de gestão, que trouxesse benesses para os envolvidos.

A formatação desta unidade era tarefa do ocupante do cargo imperial. Ser Príncipe era garantir esta unidade de gestão, responsável pela prosperidade, e a boa gestão dependia da boa ordenação das estruturas políticas e econômicas. Somente se poderia ser honradamente governado por um homem que soubesse governar as suas paixões. Como recorda Veyne, quando se obedece a um chefe que é senhor de si próprio, não se obedece verdadeiramente a um chefe, mas à moral a que o chefe é o primeiro a obedecer³. O homem primeiro tem que se ordenar internamente para só então poder transmitir a ordem a outros. Um ser que não se equilibra não consegue suscitar o equilíbrio.

¹ VEYNE, Paul; *L'Empire Gréco-Romain*. Paris, Seuil: 2005. pp.15-17.

² TRANOY, Alain; "O Mediterrâneo Antigo ou a Busca da Unidade", In: CARPENTIER, J.; LEBRUN, F.; *História do Mediterrâneo*. Lisboa: Estampa, 2000. pp.27-116.

³ VEYNE, Paul; *Como se Escreve a História*. Lisboa: Setenta, 1987. pp. 13-14.

A legitimação ética é, deste modo, no imaginário político romano, fundamental para a conquista da adesão social. Devemos explicitar que entendemos imaginário político como a estância indicada por Raoul Girardet, em sua obra *Mitos e Mitologias Políticas*, ou seja, como a combinação de imagens vindas de fragmentos de realidade que apelam ao movimento, que incitam à ação, que estimulam energias de excepcional potência⁴. Logo, o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em um costume, acaba por se tornar a origem da legitimação. Tornar-se legítimo depende de uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação, e permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente. Este, o poder, gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança⁵. Como articular esta herança, como conduzi-la, como fomentá-la, como divulgá-la são as opções de governo que cercam os Príncipes.

As representações do poder implicam a afirmação da competência em governar, usando as expectativas dos governados, pois qualquer forma de força precisa ser ajudada para continuar fazendo efeito. Nas palavras de Georges Balandier: “A força coage diretamente, a esperteza coage por um contorno, muitas vezes trazendo junto o consentimento e/ou a convicção”⁶.

O momento da sucessão imperial se converte, desta forma, em questão decisiva na condução dos assuntos imperiais. Nada é mais desordenador que o vácuo no poder. Nada é mais descoordenado que a ausência. A indecisão pode gerar conflito. A dúvida desestabiliza, destrutura, desune, desequilibra. Assim, não basta retirar o poder de um homem pela sua supressão capital, pois a mudança nem sempre garante a melhoria das condições. Tal idéia aparece claramente constituída no ideário político diôneo, quando este expressa sua opinião a respeito do assassinato de Júlio César:

⁴ GIRARDET, Raoul; *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.13.

⁵ BALANDIER, Georges; *O Poder em Cena*. Brasília: Edunb, 1980. p.7.

⁶ BALANDIER, Georges; *O Contorno: Poder e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997. pp.119-120.

“A democracia tem um nome ilustre e parece proporcionar a todos certa igualdade de direitos a partir da igualdade perante a lei, mas nos fatos se põe de manifesto que não coincide em absoluto com seu nome. (...) Uma cidade que é tão grande e que governa a parte maior e mais importante do mundo habitado, e que tem poder sobre homens de muitas e diferentes raças e possui muitas e grandes riquezas, e que se lança a todo tipo de empreendimentos e tem êxito tanto individual quanto coletivamente, é impossível que pratique a moderação numa democracia e mais impossível ainda que se chegue ao acordo em que se pratique a moderação. De modo que, se Marco Bruto e Caio Cássio tivessem parado para pensar nisso, nunca teriam matado um líder e protetor da cidade, nem teriam se tornado culpados por muitas desgraças para si mesmos e para os demais homens de então”⁷.

Dion expressa sua preferência pela manutenção de um líder autocrático, mas capaz de manter a ordem, do que sua substituição pela discórdia, pela guerra civil, sempre imprevisível. Na narrativa diônea, Roma teria passado por três formas de governo: Basiléia (Realeza), Democracia (República) e Monarquia (Principado), sendo esta última a melhor delas, pois seria conduzida por um líder único, escolhido entre os melhores e que usaria os *eupátridas* (os patrícios), os senadores como fiéis conselheiros. Para Dion, o único problema nesta forma de governo é que ela teria sido paulatinamente desvirtuada pelo aumento do poder de decisão dos homens em armas, propensos a pensar em suas próprias benesses em detrimento da manutenção da ordem e da estabilidade, que garantiriam benesses para todos.

Dion Cássio mostra-se, deste modo, favorável a um poder centralizado, pois para ele: “não é próprio da maioria conseguir a virtude”⁸. O poder é encarado antes de tudo como a instância de expressão de boas qualidades, pois num mundo político sem regras explícitas capazes de limitarem os atos de governo, só restava

⁷ DION CÁSSIO. *História Romana*, XLIV.2.4-5. Neste texto, utilizamos as seguintes traduções da obra de Dion Cássio: CASSIO DIONE. *Storia Romana*. Trad. Giuseppe Norcio. Milano: BUR, 1996. (edição grego-italiano); DION CASSIO. *Historia Romana*. Trad. José Maria Candau Morón e Maria Luisa Puertas Castaños. Madrid: Gredos, 2004; *Dio's Roman History*. Trad. Earnest Cary. London: William Heinemann, 1961. (The Loeb Classical Library). (edição grego-ingles).

⁸ DION CÁSSIO. *História Romana*, XLIV.2.2.

a esperança nas boas escolhas, nas atitudes éticas. Mas tudo se resumia a quem detinha o poder de comando, ou seja, na forma da condução dos negócios públicos. Para Dion:

“A parte que vai demasiado longe em qualquer assunto nem sempre triunfa, precisamente porque pode se equivocar; nem a parte que tem mais força vence sempre, porque se excede, pois ambas as partes estão sujeitas de igual maneira à irracionalidade humana e à instabilidade da Fortuna, já que como os pratos de uma balança muitas vezes a sorte das partes não obedecem às expectativas de cada um, mas ao inesperado das coisas”⁹.

Não havia como prever o fim de uma guerra civil. Só a Concórdia garantiria a manutenção da abundância, a força do Império territorial e evitaria os dissabores de uma guerra, que colocasse em campos opostos os próprios cidadãos romanos. A força deveria ser dirigida contra os estrangeiros dominados e não contra outros cidadãos. A Fortuna, responsável por pilotar a vida dos homens, como diz Pierre Grimal¹⁰, não podia ser controlada. Mas a Concórdia podia garantir que não se colocasse a Fortuna à prova:

“Cada vez que alguns começam uma sedição ou buscam pagar com violência a violência ou levam a cabo suas vinganças por meio de armas sem ter em conta o apropriado nem o humanitário, mas somente mirando a própria ambição e o poder, produz-se um círculo inexorável de males e se produzem alternativamente contínuas desgraças por compensação. (...) Acaso não vêes quanto tempo temos perdido lutando uns contra os outros e quantas e quão grandes desgraças temos padecido e, o que é ainda mais terrível que isso, temos causado ? (...), como feras que se destroem entre si”¹¹.

A Discórdia levava à guerra civil, que negava a *Humanitas*, e fazia os homens agirem como feras selvagens, sem respeitar o *mos maiorum* e todas as leis que ordenavam a civilização. Os romanos se identificavam como seres dotados de *Humanitas*. Como enfatiza Paul Veyne¹², *Humanitas* significava cultura literária,

⁹ DION CÁSSIO. *História Romana*, XLIV.27.2.

¹⁰ GRIMAL, Pierre; *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992. p.178.

¹¹ DION CÁSSIO. *História Romana*, XLIV.29.1 e 30.1-7.

¹² VEYNE, Paul; “Humanitas: Romanos e Não Romanos”, in: GIARDINA, Andréa (dir.); *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1991. pp. 281-302.

virtude de humanidade e estado de civilização, era o que separava o selvagem daquele que seguia as regras da vida em comunidade. Era a tolerância posta em prática. A Concórdia, ligada à *Humanitas*, a seu tempo, era o que garantia a liberdade de pessoas que deveriam se ver como “vizinhos, concidadãos e parentes”¹³.

O termo Concórdia significava para os romanos a união em torno de uma mesma vontade, de uma comunidade de idéias, interesses e sentimentos. Sua importância era considerada tão grande que esta concepção foi divinizada ainda nos primórdios do sistema republicano. O primeiro templo erguido na cidade de Roma dedicado à Concórdia foi consagrado por Camilo em 367 a.C., para comemorar a ascensão de plebeus ao Consulado, medida esta que propiciou a diminuição das tensões existentes entre plebeus e patrícios no início da formação do regime republicano¹⁴. G. Hamberg vincula a concepção de Concórdia àquela de *Fides*¹⁵. Para ele, a base do ideal da Concórdia seria a organização de um contrato de fidelidade entre as forças sociais, a partir de uma releitura romana da concepção grega da noção de *Homonoia*, na qual a lealdade, a *Fides*, seria um dos fundamentos do estabelecimento da Concórdia. Assim, a Concórdia representaria ao mesmo tempo a piedade dos cidadãos, a prosperidade dos novos tempos e/ou a harmonia social, necessárias para a manutenção do Império.

Gérard Freyburger defende que o termo veicula os registros mais diversos, sendo encontrado em vários campos, como o moral (junto às noções de *pudor* e *continentia*), o social (junto às noções de *dignitas* e *gloria*), o jurídico (junto às noções de *iustitia* e *aequitas*), o religioso (junto às noções de *religio* e *ius*), e o institucional (junto à noção de *imperium*). Desta maneira, *fides* designa uma disposição interior do indivíduo que o liga a uma certa atitude, exigida pelos outros, que demonstra um engajamento preciso, supõe reciprocidade, prestígio social e obrigações mútuas. *Fides* é ao mesmo tempo ato (*foedus*) e poder

¹³ DION CÁSSIO. *História Romana*, XLIV.32.5.

¹⁴ AMIT, M.; ‘Concordia: Idéal Politique et Instrument de Propaganda’, *Iura* 13,1962, pp.133-169.

¹⁵ HAMBERG, G.; *Studies in Roman Imperial Art*. Copenhagen: Ejnar Munkigaard, 1945. pp.19-20.

(*potestas*)¹⁶. No relato diôneo, produzido em grego, aparece como *peithomai* ou como *pepoitha*, com o mesmo sentido do termo latino.

Fica clara a fragilidade do poder no discurso diôneo, principalmente quando este enfatiza: “É mais difícil conservar algo do que consegui-lo”¹⁷. Para manter o comando, seria necessário contar com “a grandeza das intenções, a boa sorte e a possibilidade de exercer magistraturas durante o maior tempo possível”¹⁸. Estes três pilares seriam o segredo de um bom ato de governar: qualidades adquiridas e passíveis de serem expressas, a anuência do divino e permanecer no poder por um tempo longo o suficiente para por em prática boas ações.

Deste modo, o momento da sucessão de um Príncipe era revestido de ansiedade, pois poderia trazer em si a desordem e o caos. Por isso, vários soberanos foram cumulando seus escolhidos de honras e cargos, nos quais poderiam expressar suas virtudes. Mas não era um processo político fácil suceder nem bons nem maus Imperadores, ou seja, ocupar o lugar de alguém que conseguiu formar consenso em torno de si ou de quem construiu o dissenso. Cada soberano aclamado necessitava refazer a ordem, reorganizar as forças sociais, restabelecer contatos com as províncias, reconstruir laços de patronato e de *amicitia*. Cada início de governo era um recomeço, mesmo entre os membros de uma mesma família. Para Karl Galinsky, toda autoridade deve ser construída no início de cada governo e reconstruída incessantemente por atos e omissões¹⁹.

Retomando-se Balandier:

“A linguagem política só mostra uma parte da realidade, pois o poder deve também sua existência à sua apropriação da informação, de conhecimentos adquiridos para governar e administrar, exercer uma dominação. (...) A arte do silêncio faz parte da arte política”²⁰.

¹⁶ FREYBURGER, G.; *Fides*. Paris: Les Belles Lettres, 2009. p.15.

¹⁷ DION CÁSSIO. *História Romana*, XLIV.41.2.

¹⁸ DION CÁSSIO. *História Romana*, XLIV.43.2.

¹⁹ GALINSKY, Karl; *Augustan Culture*. Princeton: University Press, 1998. p.7.

²⁰ BALANDIER, Georges; *O Contorno: Poder e Modernidade*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1997. p. 102.

Por isso, parece-nos interessante, para detectarmos partes da *ars gubernatoria* sugerida por Dion Cássio em sua obra, analisarmos as sucessões imperiais. Como nos lembra Galinsky, não se adquire autoridade para governar por herança ou por pressão familiar, visto que é uma virtude individual a ser conquistada no trato social, como Tibério, primeiro sucessor de Otávio perceberia após sua ascensão ao poder. *Auctoritas* não é um bem conquistado para sempre, mas necessita ser constantemente readquirida e validada, já que o *auctor*, ou seja, aquele que possui autoridade, precisa expressá-la constantemente, visto que ele é antes de tudo um garantidor da estabilidade, da ordem capaz de trazer abundância²¹.

Segundo Lucas De Blois, Otávio Augusto e Marco Aurélio seriam os exemplos de bons Imperadores, na obra diônea, e por isso serviriam como modelos de aplicação das virtudes tradicionais e das qualidades necessárias para a prática política à frente do Império Romano²². Assim, seus sucessores tiveram a árdua tarefa de garantir a estabilidade frente a fortes modelos já construídos. Mas a necessidade de criarem uma autoridade própria, capaz de fazê-los governar, teria conduzido-os a se afastarem de algumas práticas encaradas por Dion como salutares na condução do Império. Ao se afastarem dos cânones estabelecidos por Dion como os propícios para a manutenção da ordem, Tibério e Cômodo teriam gerado a desordem e o desequilíbrio. Neste texto, abordamos o relato diôneo a respeito do governo de Tibério, que ocupa os livros 57 e 58 de sua narrativa.

Como demonstra Marta Sordi, na introdução da edição italiana da obra diônea, a imagem construída de Tibério por Dion seria a de um governante dissimulado (*phísis idiotate*)²³. Lembremos que o senador nascido em Nicéia na Bitínia não vivenciou este governo. Ele escreve a partir dos documentos que conseguiu acumular. Sordi, inclusive, gasta boa parte de seu texto introdutório ao

²¹ GALINSKY, Karl; *Augustan Culture*. Princeton, University Press, 1998. p.28.

²² DE BLOIS, Lucas; 'Traditional Virtues and New Spiritual Qualities in Third Century Views of Empire, Emperors and Practical Politics', *Mnemosyne* 47, n. 2, 1994, pp.166-176.

²³ SORDI, Marta; "Introduzione", in: CASSIO DIONE; *Storia Romana*. Trad. Giuseppe Norcio. Milano: BUR, 1996. pp.5-24.

volume sexto da obra diônea, tentando identificar estas fontes a partir da comparação do relato de Dion com os produzidos por Tácito e Suetônio. Contudo, acreditamos que, mesmo se apropriando de informações de segunda mão, Dion cria uma imagem própria de Tibério que lhe serve como uma luva para criticar o afastamento das boas virtudes no ato de governar, demonstrando o mal que impera em todo o território pelas opções equivocadas tomadas pelo soberano.

As palavras que iniciam o livro 57 e as que fecham o livro 58 demonstram bem esta dissimulação que caracterizaria o modo de ser e de governar, unidos intrinsecamente, do Tibério diôneo:

“Tibério era um patrício e como patrício foi educado, mas tinha uma índole totalmente particular. Dissimulava o que queria e não desejava quase nunca dizer o que dizia. Assim, suas palavras detinham um significado exatamente oposto ao que realmente queria dizer, negava tudo do que gostava e demonstrava interesse por tudo o que detestava. (...). Mostrava compaixão por aqueles que punia com grande severidade e mantinha um afastamento daqueles que perdoava. (...) Não acreditava oportuno que o Imperador devesse revelar diretamente os seus pensamentos”²⁴.

Da mesma forma, afirma: “Tibério, que possuía muitas virtudes e diversos vícios, fez uso de ambos como se fossem a mesma coisa”²⁵. Como confiar num governante que misturava vícios com virtudes? Como ordenar a sociedade se estabelece-se uma distância entre o que é dito e o que é feito? Como se comportar frente a um Príncipe que não é previsível, que muda de opinião, que recusa algumas tradições criadas por Otávio? A ausência de cânones gera a desordem.

Seu caráter inconstante assustava os aristocratas e impossibilitava-os de agirem com certeza de seus propósitos, por isso Dion afirma:

“O que é certo é que ele (Tibério) colocava sempre as pessoas em grande dificuldade, seja os que fossem contrários ao que ele dizia, seja os que estivessem de acordo com ele, pois desejava que pensassem que ele queria uma coisa e ao mesmo tempo queria dar a impressão de que desejava outra coisa. (...) A alguns

²⁴ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.1.1-2.

²⁵ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.28.5.

homens detestava por causa de sua sinceridade e a outros, por causa de suas simulações”²⁶.

Já tinha 56 anos quando foi conduzido ao cargo imperial²⁷ e não havia sido uma das primeiras opções de Otávio para sucedê-lo, muito pelo contrário. Mas teve um governo longo, pois festejou seus Jogos Decenais em 24 d.C.²⁸ e os Jogos Vintenais em 34 d.C.²⁹. Sendo assim, Tibério conseguiu uma das prerrogativas importantes, segundo Dion, para um bom governo: ficar um bom tempo como magistrado. Entretanto, falhou em adquirir os outros dois pilares do bom governante: não conseguiu expressar boas virtudes pela distância produzida entre o agir e o falar, e a desorganização da natureza expressava o descontentamento das potências divinas. Logo no início de seu governo um eclipse lunar demonstrou a escuridão que se aproximava³⁰, quando ele fortaleceu os Pretorianos juntando todas as tropas em um único acampamento. Ao mesmo tempo, irrompeu uma violenta tempestade que, para Dion, indicava os vários problemas que ele teve com as legiões estacionadas na Panônia e na Germânia³¹. Quando Tibério começou a associar Druso ao poder, seu filho com sua primeira mulher, Vipsânia Agripina, de quem se separou para contrair núpcias com Júlia, filha de Otávio, dando-lhe um segundo Consulado, o rio Tibre inundou várias partes da capital, como que indicando o caráter crudelíssimo e violentíssimo do herdeiro³². Em 17 d.C., as cidades da Ásia Menor, de onde vinha grande parte das receitas do Estado romano, foram destruídas por um terremoto³³.

Dion divide o governo de Tibério em dois momentos: antes e após a morte de Germânico em 19 d.C., na Antioquia, afirmando:

“Até este momento, Tibério fez muitas coisas boas e cometeu poucos erros, mas quando passou a não ter mais nenhum rival,

²⁶ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.1.5-6.

²⁷ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.2.4.

²⁸ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.24.1.

²⁹ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.24.1.

³⁰ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.4.4.

³¹ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.4.5.

³² DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII. 13.1 e 14.7.

³³ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.17.7.

assumiu uma conduta exatamente oposta àquela mantida até então, meritória por várias e nobres ações”³⁴.

Para Dion, Germânico foi envenenado por Cneu Pisão, legado da Síria, e por sua esposa, Munácia Plancina, amiga de Lúvia. Tal fato teria incitado Tibério a iniciar vários processos baseados na lei de lesa majestade, buscando desarticular qualquer forma de oposição ao seu governo. Segundo Dion, a forma como estes processos foram implementados causaram ainda mais desequilíbrio e desordem, pois não havia uma lógica em sua imputação:

“Aceitavam-se todos os acusadores sem distinção de tipo, fosse um servo denunciando seu patrão ou um filho denunciando seu pai. (...) A muitos homens, ele (Tibério) indagou o dia e a hora de seu nascimento e depois de ter examinado o seu horóscopo, lhes mandou à morte. De fato, se suspeitasse em qualquer um a existência de um pouco de ambição ou desejo de poder, o fazia seguramente eliminar”³⁵.

Druso também acabou envenenado, o que fez com que Tibério adotasse os três filhos de Germânico (Nero César, Druso César e Caio César, o futuro Imperador Calígula, único a permanecer vivo até o passamento de Tibério em 37 d.C.)³⁶.

Ainda em Nola, onde morreu Otávio Augusto em 14 d.C., Tibério teria mandado cartas para as legiões e para todas as províncias, comunicando a morte do Imperador e seu desejo de sucedê-lo³⁷, buscando o apoio destes estratos. Não aceitou inicialmente o título de *Imperator*, nem o de Augusto, nem o de Pai da Pátria, preferindo ser apenas chamado de César e de *Princeps Senatus*³⁸. E Dion demonstra como estas primeiras atitudes no poder dividiram a opinião dos senadores e que Tibério “não estava ainda investido diretamente de sua inteira autoridade”³⁹. Pois no relato diôneo, na sua *ars gubernatoria* para o III século d.C., o poder deveria ser absoluto. O Príncipe deveria responder frente aos soldados enquanto *Imperator*, aos deuses enquanto Augusto, aos senadores

³⁴ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.19.1.

³⁵ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.19.2.

³⁶ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.22.1.

³⁷ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.2.1.

³⁸ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.8.2.

³⁹ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.2.5.

enquanto *Princeps* e ao *populus* enquanto César e Pai da Pátria. Negar-se a assumir qualquer destes epítetos e as funções que carregavam era enfraquecer a própria autoridade do governante.

Ao não se deixar proclamar *Imperator*, Tibério não conseguia lidar com as disposições naturais e com a incerteza provocada pelos soldados⁴⁰, o que permitiu que estes se fortalecessem enormemente. Esta atitude, que Dion chama de dissimulada, por Tibério querer dar um ar civil ao seu poder, mas preocupado com as rebeliões militares, só teria complicado seu início de governo, visto que ao fim do ano de 14 d.C. acabou por aceitar sua aclamação como *Imperator*, mesmo não tendo empreendido qualquer ação de conquista territorial.

O que mais desagradou os senadores foi a sua reiterada ausência do espaço público, onde poderia encontrar e ser encontrado por seus conselheiros. Antes mesmo da morte de Germânico, Tibério simulava doenças e preferia permanecer no Palácio, “para não ser obrigado a dizer ou a fazer nada de particularmente definido”⁴¹. A proximidade com a pessoa do Príncipe, garantida aos que tinham acesso à corte, possibilitava uma influência, uma presença, uma política face a face, diversa da indicada por Moses Finley, em sua obra *A Política no Mundo Antigo*, mas tão poderosa e fecunda quanto à republicana⁴². Ter acesso ao soberano e voz para lhe encaminhar algumas palavras eram instrumentos políticos fundamentais no Principado.

Um soberano ausente e distante era alguém difícil de ser contactado, de ser influenciado. Tibério era mesmo desatento às festas públicas, também *locus* político privilegiado de ver e ser visto pelos súditos. Informa Dion:

“É importante apresentar-se em várias ocasiões, de viver e de governar tanto tempo quanto o homem seja útil para o Estado. (Tibério) revelava-se favorável à democracia (República), mas não permitiu jogos no dia do seu aniversário nem festejos

⁴⁰ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.3.5.

⁴¹ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.3.2.

⁴² FINLEY, Moses I.; *A Política no Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p.68.

extraordinários, não gostava que jurassem em nome de sua boa sorte”⁴³.

Ele promoveu várias reconstruções de obras públicas e *adlectiones* no Senado, permitindo a ascensão de homens de sua confiança⁴⁴, como foi o caso de Lúcio Élio Sejano (20 d.C.), que se tornou *amicus* do Príncipe e seu único Prefeito do Pretório. Dion não vê de forma positiva os poderes dados a Sejano, até porque em sua narrativa ele é comparado explicitamente com Plautiano, o poderoso amigo e Prefeito do Pretório de Septímio Severo, que conseguiu casar sua filha, Plautila, com o herdeiro severiano, Caracala⁴⁵. O poder na concepção diônea deveria ser indivisível, tanto que ele critica a proposta de Tibério de no início de seu governo criar uma oligarquia com a autoridade fragmentada em três partes: elites romana e da Península Itálica, legiões e territórios submetidos⁴⁶. Para o niceiano, seria inviável coordenar as ações de governo com a autoridade tripartida. A voz de comando deveria emanar de um único homem virtuoso, sábio o bastante para ser aconselhado pelos melhores senadores.

Sejano, como Plautiano, teria fracionado o poder e por isso teria tornado-o débil. Seu comando viria da reunião das coortes pretorianas num só acampamento e do controle sobre as coortes *uigiles*⁴⁷. Tornou-se o único conselheiro de Tibério e formulava opiniões sobre todos os assuntos⁴⁸. Como alguém poderia ter conhecimento sobre todos os assuntos de Estado e influenciar de forma solitária o soberano? Como alguém poderia dividir a *fama*, a *gloria*, a *dignitas* e a *auctoritas* do Príncipe? Enquanto Sejano recebia títulos, honras e estátuas, Tibério se mudou com parte de sua corte para a ilha de Capri (em 26 d.C.). Como influenciar um soberano isolado numa ilha? Ao se afastar da capital, o Príncipe se resguardou da oposição, mas também enfraqueceu o seu apoio, visto que este se sentiu abandonado pelo soberano.

⁴³ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.8.3.

⁴⁴ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.10.3.

⁴⁵ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.14.1.

⁴⁶ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.2.5.

⁴⁷ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.19.6.

⁴⁸ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.19.7.

Enquanto Tibério evitava comemorar a passagem do tempo, Sejano festejava seu aniversário publicamente em Roma, e Dion comenta que “não saberia contar as inúmeras estátuas que o Senado, a ordem eqüestre, as tribos e os cidadãos mandaram erigir em sua homenagem”⁴⁹. Tibério havia conseguido controlar sua mãe, Lívía, como Caracala também havia tentado controlar Júlia Domna. Numa sucinta passagem, Dion relata como estabeleceu-se a relação de mãe e filho no Palácio:

“Quando Lívía erigiu em sua casa uma imagem de Augusto e quis celebrar esta dedicatória ao novo *divus*, convidando senadores e cavaleiros com suas esposas para um banquete, Tibério exigiu que primeiro o Senado votasse favoravelmente a honra dada a Otávio, e fez questão de receber todos os homens, enquanto a Lívía coube apenas receber as mulheres”⁵⁰.

Interessante observar como no relato diôneo, Tibério tentou controlar a *dignitas* e a *fama* de Lívía, mas não se atentou inicialmente para o aumento da *potestas* de Sejano. Para Dion, foram as brigas constantes com Lívía que levaram Tibério a se retirar para Capri⁵¹, ao não poder macular a *pietas* filial sem comprometer a *auctoritas* imperial. Mas a morte da genitora, em 29 d.C., aos 86 anos, não o trouxe de volta a Roma. Inclusive, Dion critica o fato dele não a ter visitado enquanto estava doente, nem ter se preocupado em anunciar publicamente a sua morte. Seu sepultamento teria sido simples, sem grandes honras fúnebres, no Mausoléu de Augusto⁵². Com isso, Tibério abriu mão de voltar à capital e de usar as exéquias para, no discurso fúnebre, divulgar uma imagem positiva de si mesmo.

Por volta de 30 d.C., Tibério começou a se incomodar com a influência de Sejano sobre toda a Guarda Pretoriana e o apoio conseguido de vários senadores, mantido ora “com donativos, ora com promessas, ora com intimidações”⁵³. O Imperador teria, então, usado de astúcia e aumentado os poderes de Sejano de tal

⁴⁹ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.2.7.

⁵⁰ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.12.5.

⁵¹ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVII.12.5.

⁵² DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.2.1-3.

⁵³ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.4.2.

forma que só lhe restasse a morte. Esta é uma outra idéia-força do pensamento político diôneo, que já havia aparecido na descrição do governo de Júlio César. Para Dion, o Senado foi insuflando o poder de César de forma astuciosa até que fosse impossível mantê-lo e que conspirações aparecessem e derrubassem o governante. Dion afirma que os senadores concederam grandes e inúmeras honras e poderes a César não por temê-lo, mas porque esperavam deste modo “torná-lo foco de ódio e de inveja de toda forma, para poder matá-lo o quanto antes”⁵⁴.

É o mesmo expediente narrado na ação de Tibério contra Sejano. Não podendo controlá-lo e buscando retomar a sua *auctoritas*, o Imperador mesmo distante insufla o ego do Prefeito do Pretório, o designa Cônsul, passa nas cartas a identificá-lo com “meu Sejano” e solicita que se realizem sacrifícios de animais em honra do Príncipe e de seu mais querido *amicus*⁵⁵. Tal fato fez com que Sejano se enchesse de orgulho e pensasse em governar todo o Império, enquanto o Príncipe governaria apenas a ilha de Capri⁵⁶. A instabilidade e a incerteza fomentaram a discórdia⁵⁷. Em 31 d.C., Tibério mandou uma carta ao Senado, não ordenando explicitamente a morte de Sejano, mas indicando Névio Sertório Macrão para o cargo de Prefeito do Pretório, Memmio Régolo para o Consulado e Grecino Lacão para a Prefeitura *Uigilum*. Os senadores, reunidos no Templo de Apolo, votaram pela prisão de Sejano e posteriormente, reunidos no Templo da Concórdia, votaram pela sua condução à morte e pela destruição de suas estátuas. Decidiram, então, pela morte de seus filhos e de sua filha, para que não houvesse vingadores⁵⁸. Interessante destacar que a decisão pela supressão capital de Sejano foi tomada no Templo da Concórdia, como que indicando que sua morte restabeleceria a ordem e o equilíbrio. Tibério ordenou, então, que se colocasse uma estátua em honra da Liberdade no Fórum (*eleutheria*)⁵⁹, indicando, a nosso ver, que o poder estava reconstituído em torno de um só homem. Porém, um

⁵⁴ DION CÁSSIO. *História Romana*, XLIV.7.3.

⁵⁵ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.4.3-4.

⁵⁶ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.5.1.

⁵⁷ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.7.3.

⁵⁸ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.9.2-6; 10.1-8; 11.1-6.

⁵⁹ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.12.4.

homem que continuava distante de seus conselheiros. Tanto que Dion reclama que no governo deste Príncipe “não havia nenhum amigo seguro em quem se pudesse confiar”⁶⁰, seja pelos inúmeros processos desencadeados pela aplicação da lei de lesa majestade, seja pela distância infligida pela ausência do soberano da capital. Nem quando o *Praefectus Urbi*, Pisão, morreu, Tibério retornou a Roma para fazer o discurso fúnebre de um dos mais ricos e importantes senadores⁶¹, perdendo a oportunidade de divulgar as suas virtudes. Por isso, Dion se utiliza dos rumores em sua narrativa e indica que o Imperador estava calvo e não queria ser visto em público com tantos sinais da idade avançada⁶².

Afastado dos bons eflúvios da capital, Tibério teria começado, em 32 d.C., a patrocinar várias irregularidades na condução dos negócios públicos. Indicou um liberto imperial para o cargo de Prefeito do Egito, normalmente ocupado por um equestre⁶³, designou ex-Pretores para o governo das províncias por três anos e ex-Cônsules para a mesma função por seis anos (sendo que a tradição republicana indicava que o cargo fosse ocupado por um ano apenas)⁶⁴, deixou que os Cônsules Lúcio Vitélio e Fábio Pérsico promovessem as festas relativas ao seu segundo período decenal no governo (*vintennalia*)⁶⁵. O rompimento das tradições trazia intranqüilidade, na capital e nas províncias⁶⁶. Nas palavras diôneas: “A alguns (Tibério) infligia a vida como punição, a outros, a morte como um benefício”⁶⁷.

Com a morte dos filhos mais velhos de Germânico e do filho de Druso, restou-lhe apenas Caio César, filho mais novo de Germânico, que passou a receber todas as atenções do Imperador ancião. Tibério chegou mesmo a viajar para Anzio, para festejar o casamento de Calígula, mas não estendeu a viagem a Roma, o que desagradou mais uma vez os aristocratas. No final do ano de 36 d.C.,

⁶⁰ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.16.5.

⁶¹ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.19.5.

⁶² DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.19.1.

⁶³ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.19.6.

⁶⁴ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.23.5.

⁶⁵ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.24.1.

⁶⁶ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.25.1.

⁶⁷ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.23.6.

começaram a aparecer, segundo Dion, prodígios que indicavam o desequilíbrio imperial e a morte iminente do Príncipe, que acabou ocorrendo em 37 d.C. O rio Tibre mais uma vez inundou várias regiões de Roma. Um incêndio consumiu parte do Circo e das casas construídas sobre o monte Aventino. No Egito, foi avistada uma fênix. Todos sinais de passagem, de purificação; indícios de uma nova reordenação, da necessidade de se retomar o equilíbrio. Tibério morreu em Capri, aos 77 anos, 4 meses e nove dias de vida, tendo governado 22 anos, 7 meses e sete dias. Recebeu um funeral público e Caio César proferiu seu discurso fúnebre durante as exéquias⁶⁸.

Mantendo-se distante da capital, Tibério divulgou pouco sua imagem. Tentou debelar a oposição, mas também perdeu muito de seu apoio. Como afirma Martin Hose⁶⁹, Dion viu-se confrontado por um problema na composição interna de seu trabalho no III século d.C.: prévios paradigmas de interpretação da história romana tornaram-se impraticáveis depois das guerras civis, que se estenderam de 193 a 197 d.C. Após a violência ocorrida, ele percebeu que as ações humanas eram impulsionadas pela avareza, pela ambição e pelo medo. Em sua *ars gubernatoria*, podemos perceber que o governo era um prolongamento do caráter do governante, que deveria ser um autocrata, mas detentor de um poder absoluto limitado pelas virtudes postas em ação em prol dos cidadãos.

Como coloca Norbert Elias, no livro *A Sociedade dos Indivíduos*, as ações humanas são marcadas pelos sentimentos de medo e desejo, no passado e no presente. Esses sentimentos geram auto-imagens, capazes de inspirarem as ações humanas mais louváveis e as mais deploráveis, dependendo do julgamento moral de cada cultura na qual elas se desenvolvam. Nas palavras de Elias:

“Por outro lado, também é possível que tenhamos tão pouca capacidade de suportar as catástrofes da história que aniquilaram a vida e o sentido, e de diminuir o sofrimento que os seres humanos causam uns aos outros, justamente por não nos

⁶⁸ DION CÁSSIO. *História Romana*, LVIII.26.5 e 28.5.

⁶⁹ HOSE, Martin; “Cassius Dio: A Senator and Historian in the Age of Anxiety”, in: J. MARINCOLA (ed.). *A Companion to Greek and Roman Historiography*. London: Blackwell, 2007. pp. 461-467

dispormos a abrir mão das fantasias com que tradicionalmente enfeitamos nossa existência. Na verdade, somos impelidos pelo curso da história humana como os passageiros de um trem desgovernado, em disparada cada vez mais rápida, sem condutor e sem o menor controle por parte dos ocupantes. Ninguém sabe aonde a viagem nos levará ou quando virá a próxima colisão, nem tampouco o que pode ser feito para colocar o trem sob controle. Será que nossa capacidade de controlar nosso destino, como pessoas em sociedade, é tão insatisfatória assim, simplesmente por sentirmos tanta dificuldade em pensar no que há por trás das máscaras com que nos sufocamos, nascidas do desejo e do medo, e nos vemos como somos ?”⁷⁰.

Dion Cássio, em sua narrativa, também apresenta um painel de desejos, ambições e medos humanos que caracterizaram as querelas políticas, econômicas e sociais marcantes no cenário de constituição da esfera de poder em Roma. Como afirma Balandier: “O soberano tem o poder, mas o poder por sua vez também domina quem o detém”⁷¹. Portanto, temos que ter sempre em mente que, apesar de estar escrevendo sobre o passado da sociedade na qual vivia, seu pensamento estava profundamente influenciado pelo que viu ocorrendo durante os governos severianos.

⁷⁰ ELIAS, Norbert; *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994, pp. 63-79.

⁷¹ BALANDIER, Georges; *O Contorno: Poder e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997. p.32.